



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171374 - AL (2020/0072584-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

SUSCITANTE : USINA CANSANÇÃO DE SINIMBU S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443

IVO WAISBERG - SP146176

LUIZ JOSÉ MARTINS SERVANTES - SP242217

BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704

GILBERTO GORNATI - SP296778

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE MACEIÓ - AL

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL

INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por USINA CANSANÇÃO DE SINIMBU S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face do JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL e do JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL.

Ação em trâmite perante o JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL: execução fiscal, ajuizada pela FAZENDA NACIONAL em face da suscitante.

Ação em trâmite perante o JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL: recuperação judicial da suscitante.

Conflito de competência: alega que, após a decisão da quebra, o juízo onde a respectiva ação tramita é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio das sociedades em recuperação judicial, inclusive quanto aos efeitos, sobre seu patrimônio, do reconhecimento da ocorrência de fraude na cessão de direitos creditórios. Pugna pela concessão de medida liminar, para que seja "(i) suspensa a decisão proferida pelo Juízo suscitado da 3ª Vara Cível de São Miguel dos Campos/AL nos autos da execução fiscal nº 0000495-97.2013.8.02.0053, que determinou o prosseguimento da demanda, bem como afastou os efeitos da cessão de direitos creditórios realizada pela Suscitante; e (ii) designado o MM. Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Maceió/AL para, em caráter provisório, resolver as medidas urgentes que

versem sobre todas as questões do patrimônio da Suscitante inclusive no que tange à ação de execução fiscal nº 0000495-97.2013.8.02.0053, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de São Miguel dos Campos/AL”.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

O STJ assentou o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial, quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da sociedade não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, Primeira Seção, DJe 19/09/2008; e CC 106.768/RJ, Segunda Seção, DJe 02/10/2009.

Todavia, na espécie, mediante análise perfunctória das peças coligidas aos autos, não se depreende a existência de elementos suficientes a comprovar a prática, pelo Juízo onde se processa a execução fiscal da União, de atos constritivos que diretamente atinjam o patrimônio da suscitante.

Forte nessas razões, **INDEFIRO** o pedido liminar.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao MPF.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora